
ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 25.10.2000

Bradesplan Participações S.A.
CNPJ nº 61.782.769/0001-01 - NIRE 35.300.159.144
Ata da 7ª Assembléia Geral Extraordinária
realizada em 25.10.2000

Data, Hora, Local: Aos 25 dias do mês de outubro de 2000, às 17h, na sede social da Bradesplan Participações S.A., na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, no 4º andar do Prédio Novo.

Presença: Compareceram, identificaram-se e assinaram o Livro de Presença os acionistas da Sociedade, representando 100% do capital social; verificou-se também a presença dos senhores Roger Agnelli e João Moisés de Oliveira, Diretores.

Convocação: Dispensada a publicação do Edital de Convocação, de conformidade com o disposto no Parágrafo Quarto do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76, com a seguinte ordem do dia: I. examinar proposta do Conselho de Administração para emitir, por subscrição pública, 7.000 (sete mil) debêntures, não conversíveis em ações, no montante de R\$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais); II. outros assuntos de interesse social.

Constituição da Mesa: Presidente: Lázaro de Mello Brandão; Secretário: Antônio Bornia.

Deliberação: A matéria constante da ordem do dia foi colocada em discussão e votação, tendo sido aprovada por unanimidade de votos dos acionistas presentes, sem reservas, a proposta do Conselho de Administração, registrada na Reunião nº 21 daquele Órgão, de 24.10.2000, a seguir transcrita: “Vimos propor a emissão, por subscrição pública, de 7.000 (sete mil) debêntures, não conversíveis em ações, com as seguintes características: 1) *Forma de Colocação:* o lançamento será público, mediante a intermediação de Instituições Financeiras habilitadas a operar no mercado de capitais, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no Artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30.9.80, atendidos preferencialmente os clientes dos Coordenadores da operação, não havendo reservas antecipadas nem fixação de lotes máximos ou mínimos; 2) *Data de Emissão, Prazo e Data de Vencimento:* para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures é 30 de novembro de 2000, com prazo de 7 (sete) anos, e vencimento em 30 de novembro de 2007; 3) *Quantidade de Debêntures e Número de Séries:* serão emitidas 7.000 (sete mil) debêntures, em série única; 4) *Valor Nominal e Montante da Emissão:* o valor nominal unitário será de R\$100.000,00 (cem mil reais), perfazendo o montante de R\$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), em 30 de novembro de 2000; 5) *Forma e Conversibilidade:* a forma será nominativa-escritural e as debêntures não serão conversíveis em ações representativas do capital social da Emissora; 6) *Espécie:* de espécie subordinada aos demais credores da Emissora; 7) *Juros Remuneratórios:* as debêntures renderão juros correspondentes à taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, denominada “Taxa DI” (over extra-grupo), expressa na forma porcentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP– Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, doravante simplesmente “Taxa DI”; 7.1) *Forma de Apuração:* os juros serão calculados exponencial e cumulativamente *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal das debêntures desde

a data de emissão até a data do vencimento (30.11.2007); 7.2) *Periodicidade de Pagamento*: os juros serão pagos na data de vencimento desta emissão, ou seja, 30 de novembro de 2007, ou no primeiro dia útil subsequente; 7.3) *Fórmula de Cálculo*: $R = VN \times [(f_1 \times f_2 \dots \times f_j) - 1]$, em que R = valor dos juros a ser pago na data do seu vencimento; VN = valor nominal das debêntures; $(f_1 \times f_2 \dots \times f_j)$ = fator de variação acumulado dos juros, calculado conforme fórmula a seguir: os termos f_1 , f_2 e f_j serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula: $f_j = [(1 + Taxa DI_j)]^{1/252}$, em que f_j = fator diário dos juros referente ao dia “j”, sendo “j” somente dias úteis; Taxa DI_j = Taxa DI, referente ao dia “j”, expressa em percentual ao ano, na forma unitária; 8) *Preço de Subscrição e Integralização das Debêntures*: o preço de subscrição das debêntures será o valor nominal, acrescido dos juros nos termos do item 7, calculados desde a data de emissão até a data da integralização, que será feita no ato da subscrição, à vista, em moeda corrente nacional; 9) *Local de Pagamento*: o pagamento dos eventos pecuniários relativos às debêntures será efetuado por meio do SND - Sistema Nacional de Debêntures, operacionalizado pela CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos, ou por instituição financeira contratada pela Emissora para esse fim, ou ainda na sede da Emissora, na hipótese do debenturista não estar vinculado àquele sistema; 10) *Resgate Antecipado Facultativo*: a Emissora reserva-se do direito de, a qualquer tempo a partir da data de emissão, resgatar antecipadamente as debêntures em circulação, por preço equivalente ao valor nominal atualizado acrescido dos juros devidos e não pagos, calculados *pro rata temporis* até a data da realização do resgate. O resgate das debêntures poderá ser total ou parcial, nesta última hipótese mediante sorteio coordenado pelo Agente Fiduciário. O resgate deverá ser precedido de publicação de “Aviso aos Debenturistas”, com antecedência mínima de 30 dias da data do resgate. As debêntures que vierem a ser resgatadas serão obrigatoriamente canceladas pelo Conselho de Administração da Emissora; 11) *Aquisição Facultativa*: a Emissora poderá adquirir as debêntures da presente emissão em circulação, a qualquer tempo, a partir da data de emissão, por preço equivalente ao valor nominal atualizado, acrescido dos juros, calculados *pro rata temporis* até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no Parágrafo Segundo do Artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As debêntures que vierem a ser adquiridas antecipadamente pela Emissora poderão permanecer em sua tesouraria ou ser recolocadas no mercado secundário; 12) *Vencimento Antecipado*: o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes da Escritura, e exigir da Emissora o imediato pagamento do valor nominal atualizado, acrescido dos juros aplicáveis até a data do efetivo pagamento, e de encargos moratórios, se houver, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência das seguintes hipóteses: a) protestos legítimos e reiterados de títulos contra a Emissora, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações da Emissora previstas na Escritura; b) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação prevista na Escritura, não sanada em 30 dias, contados do aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário; c) pedido de concordata formulado pela Emissora; d) decretação ou pedidos reiterados de falência da Emissora; e) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, em razão de inadimplência contratual cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações da Emissora prevista na Escritura.”. Tendo em vista a aprovação da proposta do Conselho de Administração para emissão das 7.000 (sete mil) debêntures, disse o senhor Presidente que a Diretoria da Sociedade estava autorizada a contratar: I) Instituições Financeiras para a distribuição e colocação das debêntures; II) Agente Fiduciário; III) Instituição Financeira para prestação de serviços de Banco Mandatário e Escriturador, necessários à execução da operação, respeitada a legislação vigente. Em seguida, a Assembléia outorgou ao Conselho de Administração da Sociedade poderes para: I) cancelar eventuais sobras de debêntures não colocadas no prazo de distribuição ou que venham a estar em tesouraria, neste último caso mediante declaração do Agente Fiduciário de que as debêntures canceladas não são de titularidade de debenturistas; II) tomar as providências

inerentes à referida emissão que porventura venham a ser solicitadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente esclareceu que, para a deliberação tomada, o Conselho Fiscal da Sociedade não foi ouvido por não se encontrar instalado no período, e que a matéria ora aprovada somente entrará em vigor e se tornará efetiva depois de estarem atendidas todas as exigências de arquivamento na Junta Comercial e publicação, e encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata no livro próprio, que vai assinada pelo senhor Presidente, por mim Secretário, pelos Administradores e acionistas presentes. aa) Presidente: Lázaro de Mello Brandão; Secretário: Antônio Bornia; Administradores: Roger Agnelli e João Moisés de Oliveira; Acionistas: Lázaro de Mello Brandão; Antônio Bornia; Durval Silvério; Edson Borges; Dorival Antônio Bianchi; Mário da Silveira Teixeira Júnior; João Aguiar Alvarez; Denise Aguiar Alvarez Valente; Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações, representada por seus Diretores, senhores Lázaro de Mello Brandão e Antônio Bornia; Paiol Participações e Comércio Ltda., representada por seus Diretores, senhores Roger Agnelli e João Moisés de Oliveira.

Declaração: Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas.